SÃO PAULO SE TORNA ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

ENTRAMOS NO último trimestre do ano com muitas conquistas e o fortalecimento da defesa agropecuária e da segurança alimentar, além do fomento ao desenvolvimento de diversas cadeias produtivas do estado de São Paulo.

Sem dúvida, um dos mais importantes avanços foi alcançar as condições para suspender a vacinação contra febre aftosa. Esse é um marco para a pecuária paulista que, certamente, vai beneficiar todo o setor produtivo de carne bovina.

Com a retirada da imunização no estado, a FAESP prepara-se, a partir do ano que vem, para orientar os pecuaristas sobre a participação destes nos próximos passos exigidos pelo Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa (PNEFA). A expectativa é de que, além de São Paulo, muito em breve, mais estados brasileiros também suspendam o uso do imunizante, para que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) possa realizar um conjunto de ações necessárias que culminarão com o pleito de reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Após todo o processo de reconhecimento internacional por parte da OIE, tem-se a expectativa da abertura de novos mercados, principalmente nos países que exigem dos exportadores o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação, além de expectativas, também, de uma melhor remuneração pela tonelada exportada. Para o pecuarista, esse avanço vai traduzir-se em redução dos custos diretos na produção, uma vez que deixará de se gastar com a vacina.

Em 2022, o MAPA já havia anunciado a suspensão da vacinação contra a doença para o Distrito Federal, o Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, todos estados que fazem parte do Bloco IV do Plano Estratégico (PE) do PNEFA e que cumpriram os pré-requisitos para a dispensa da imunização.

Elaborado pelo MAPA, o PE dividiu o País em blocos de estados com características semelhantes de trânsito e comércio de animais. Em continuidade às estratégias, a Equipe Gestora Nacional (EGN), órgão ligado ao MAPA, decidirá, em novembro próximo, sobre a interrupção da vacinação na Bahia, em Sergipe, no Rio de Janeiro, no Pará, no Maranhão e em Roraima.

Cabe ressaltar que, a partir de maio de 2024, haverá restrição na movimentação de animais e produtos nos estados que ainda praticam a vacinação. A medida se faz necessária porque o pleito para o reconhecimento internacional de zona livre sem vacinação deve ser apresentado à OIE em agosto do ano que vem. A previsão é de que a finalização da avaliação se dê em maio de 2025, cumprindo, assim, o prazo de doze meses sem o uso do imunizante e sem o ingresso de animais vacinados nas áreas, conforme definições do Código Sanitário de Animais Terrestres da OIE.

A meta principal desse movimento é a declaração do Brasil como área livre da doença sem vacinação até 2026.

A suspensão da imunização em São Paulo apenas reforça o reconhecimento da eficiência do serviço veterinário e o compromisso dos pecuaristas do estado com a sanidade animal. Ademais, a dispensa da vacinação só foi conquistada pelo cumprimento de critérios como o georreferenciamento das propriedades com animais suscetíveis, a avaliação do governo do estado no Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais (Quali-SV), o avanço nas ações do PE-PNEFA e o reconhecimento de um fundo indenizatório, além da avaliação quanto à ausência de circulação do vírus no rebanho e da estruturação física e de pessoal nas unidades de vigilância agropecuária.

Nos últimos anos, a FAESP realizou diversas gestões com foco no avanço do processo de erradicação da doença, atuando junto aos organismos oficiais em ações de educação sanitária e orientação aos pecuaristas. Foi um longo processo, de muito trabalho, para criar condições de vigilância e cuidados para alcançarmos o novo *status* sanitário. Agora, estamos próximos do reconhecimento, pelo mercado internacional, da nossa responsabilidade com as questões de sanidade animal e, consequentemente, a qualidade do que levamos à mesa do consumidor. ■